

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## OS CATIVOS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: O CASO DA CHINA (1524-1563)

Cláudio César Foltran Ulbrich  
Mestrando em História do PPGHIS/UFPR  
claudiocfoltran@gmail.com

### 1. Introdução

O processo de expansão marítima europeia, iniciada no século XV pelos pioneiros Portugal e Espanha, iniciaram uma série de descobertas e explorações a áreas nunca antes pisadas pelos europeus na África, Ásia e, posteriormente, América. Esse movimento rompeu um isolamento geográfico de séculos, superando o medo crônico do mar e das terras ao sul do Mediterrâneo, uma região desconhecida e que carregava povos ditos bárbaros e monstros (MATTOSO, 1998, p. 12), um temor generalizado que perdurou durante todo o périplo que culminou com a chegada em Calicute, em 1498, e o estabelecimento de contatos duradouros com os mares da Ásia a partir da Rota do Cabo. Durante esse processo de expansão, os ibéricos, e em particular os portugueses, lançaram mão de uma diversidade de meios para se adquirir informações sobre as regiões com as quais entravam em contato, buscando elementos que os permitissem estabelecer as relações de comércio, diplomacia, conquista e missão, dependendo das circunstâncias. Com efeito, os portugueses se empenharam na produção de sistemas próprios para se adquirir esse conhecimento, como é o caso dos *lançados*, os homens que “se lançavam” na sociedade estrangeira com vias de aprender as línguas e costumes (VOIGT, 2009, p. 4), ou os *degredados*, condenados a terras longínquas com vias de colonização e dominação do espaço (*id.*, *ibid.*). Diogo Ramada Curto propõe ainda o sistema do “escravo-intérprete”, em que escravos tomados na costa africana aprendiam a língua portuguesa e serviam de tradutores (CURTO, 2009, p. 28). E havia os cativos, que não tendem a encontrar o mesmo prestígio na historiografia, mas que tinham, durante os primeiros séculos do Império Português, uma posição singular de extrema importância. A apreensão de cativos no norte da África pode ser traçada até pelo menos o século XII, a partir dos primeiros conflitos da Reconquista, em que cristãos e muçulmanos eram tomados como prisioneiros de guerra de lados opostos, o que muitas vezes envolvia longas negociações de trocas e resgates (ALBERTO, 2010, p. 3-4). Era, em geral, uma

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

situação de conflito religioso, em que os cativos apontam a pressão para renegar sua fé, e, normalmente, indicam como ela se manteve exemplarmente firme (*ibid.*, p. 8). Essa prática, embora nascida dos conflitos no Mediterrâneo, continuaram a ser uma experiência corrente durante toda a existência da presença europeia no ultramar, geralmente envolvendo situações com pirataria, naufrágios, entradas desordenadas em território desconhecido e conflitos com populações locais. Na realidade, essas situações sempre se manifestam nos momentos de maior fraqueza europeia no ultramar. Uma sanha comercial, exploratória e agressiva, somada a recursos demográficos, militares e materiais limitados, explicam o altíssimo número de cativos analisados por Linda Colley no caso britânico, uma vez que não havia sustentação possível para protegê-los de corsários e terras hostis (2002, p. 11-12).

Esses prisioneiros, por sua vez, se empenharam em muitos casos em relatar suas experiências, que eram lidas e consumidas por círculos letrados, o poder régio e mesmo a população curiosa. Expressas a partir de uma diversidade de meios, como “[...] desenhos, inscrições em lápides, canções, sermões, [...] moedas, grafites nas paredes de seu confinamento [...]”, às vezes tatuando sua experiência no próprio corpo ou relatando-a de forma simplesmente oral, essas histórias se tornavam conhecidas do público (COLLEY, 2002, p. 12-13). Não obstante, a forma mais desenvolvida, e politicamente efetiva, é a transmissão escrita, um corpo documental definido pelo nome geral de *narrativas de cativo* (*id.*, *ibid.*).

Embora variando em tamanho, função e estilo, as narrativas de cativo (por vezes “relato de cativo”) assumiam uma forma mais ou menos padronizada em forma. Em geral, narram “como um único indivíduo ou grupo foi capturado, como a(s) vítima(s) lidaram (ou não) com os desafios e sofrimentos que se seguiram, e como eles conseguiram, ao fim, escapar, ser libertos ou resgatados” (*id.*, *ibid.*). Edite Maria da Conceição Alberto (2010, p. 7) destaca, igualmente, que se se tratam de

[...] um conjunto de relações ou relatos, mais ou menos ficcionados, que abordam peripécias vividas por cativos ou batalhas travadas com navios corsários. São narrativas breves, geralmente autobiográficas, de um cativo resgatado que descreve a dureza do cativo que o tinha posto a beira de renegar a fé.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Se essas narrativas incluem uma demanda popular por histórias piedosas de fé e resgate, povoando a imaginação de cristãos na luta contra os mouros, não é possível deixar de lado sua função etnográfica, quase antropológica, e que muito forneceu a ela a importância política que adquiriram. Dentro da lógica imperial, adquirir informações era estrategicamente necessário, mostrando as possibilidades oferecidas por determinadas regiões. Uma política de aquisição de informações empíricas, como discutido anteriormente, tomou lugar na construção imperial, e os portugueses foram zelosos nessa empreitada e, até onde puderam, sigilosíssimos com o que descobriam.

O cativo, portanto, assumiu, no caso português, uma posição muito próxima do que representava a política dos lançados e degredados. Desde a costa africana, havia um incentivo para que certos homens voluntariamente se entregassem à captura, passando a viver em território estrangeiro por longos períodos (geralmente mais que alguns meses). Estando nessa situação, esses homens encontravam posição privilegiada para analisar a geografia, o comércio e os hábitos locais, assim como aprender a língua. Retornando, esses ex-prisioneiros instrumentalizavam sua experiência, oferecendo informações privilegiadas, recebendo em troca mercês e outras benesses (VOIGT, 2009, p. 7).

Em suma, o cativo, embora nascido de situações de fraqueza e de conflito de fé, assumiam, no contexto ibérico, uma posição relacionada com a produção de informações; um papel eminentemente político e estratégico. Ainda que nem sempre (e, bem verdade, quase nunca) esse cativo fosse voluntário, como foi o caso de João Fernandes na África (VOIGT, 2009, p. 5-6), os cativos continuaram ao seu papel de informante em troca de resgate e benfeitorias, escrevendo longos relatos de terras distantes e desconhecidas. Foi o caso da África e da América; e, na Ásia, o caso da China.

### **2. Prisioneiros na terra dos “chins”**

Essa relação do cativo como produtor de conhecimento empírico sobre espaços desconhecido (ou mal conhecidos) é manifesta particularmente nos prisioneiros que, na primeira metade do século XVI, estiveram confinados na China. Tendo sido tomados em circunstâncias diversas, num intervalo entre 1524 e 1556, vão deixar escritas diversas cartas, endereçadas à coroa portuguesa, relatando dados valiosos acerca da cultura, sociedade, escrita, geografia e trato mercantil. Essas informações, até então inéditas, vão

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mudar o curso das relações sino-lusitanas já em sua época e nos séculos posteriores, em que o estabelecimento de Macau, em 1555, simbolize esse esforço de conhecer a China e comercializar em seu território.

Com efeito, havia uma demanda, até então insatisfeita, por notícias sobre a China, sua cultura, seu comércio e suas defesas. No conhecido regimento de D. Manuel a Diogo Lopes de Sequeira, datado de 1508, este é incumbido de coletar o máximo de informações dessa espécie sobre a China; provavelmente suscitadas pelas notícias anteriores das navegações de Zheng He, tiradas das cartas de Vasco da Gama em suas investigações locais em Calicute (BARRETO, 2002, p. 410-412). A partir daí, vão ser produzidas, a partir de centros irradiadores como Malaca, Cochim, Calicute, Cananor e Goa, tratados, cartas, relatórios e demais textos que, manuscritos e impressos, trazem informações sobre as terras chinesas (ibid., p. 416). É o caso, por exemplo, do *Livro de Duarte Barbosa* (1511-1516), do autor homônimo e da *Suma Oriental* (1512-1515), de Tomé Pires, que, embora não tratando unicamente da China, avançam em conhecimentos nesse sentido (*id.*, *ibid.*).

Não obstante, essas obras pouco falam da China, que ainda aparece de forma muito generalizada e fragmentária. Não há, finalmente, uma monografia exclusiva sobre o espaço chinês, sendo constantemente relegada a comentários ouvidos de mercadores e notas de rodapé. Essa situação só é alterada quando, em 1516, é organizada uma embaixada em direção à província mercantil de Cantão, encabeçada pelo mesmo Tomé Pires da *Suma*. Foi a partir da entrada efetiva e da consolidação dos contatos mercantis que se pode produzir notícias de qualidade, simpáticas à China (LOUREIRO, 2002, p. 7). Faltava ainda, no entanto, um conhecimento empírico vindo direto da China, sem intermediários, e que fosse além das franjas litorâneas a que estavam limitados mercadores e embaixadas. Fechada para o comércio externo, o Império do Meio assumia uma postura de desconfiança para com estrangeiros, e não permitia sua entrada, salvo através embaixadas de nações tributárias (PINTO, 2014, p. 21-22). O desconhecimento da língua era outra dificuldade, percebida logo cedo pelas autoridades (e pelos jesuítas) como chave para se conquistar a leniência das autoridades locais (PINA, 2011, p. 46). Dependendo, portanto, de mercadores estrangeiros ou expatriados, essas notícias eram sempre em caráter incompleto, atingindo logo um ponto de saturação (BARRETO, 2002,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

p. 425). Os cativos foram os responsáveis por quebrar essa barreira: escrevendo de dentro da China, com uma vivência prolongada e com um certo domínio da língua (mesmo que elementar), puderam produzir as primeiras notícias mais encorpadas sobre a realidade chinesa.

As primeiras notícias escritas a partir do cativo couberam a Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, presos mais ou menos na mesma época a partir do *deblace* da embaixada de Tomé Pires, em 1521. Suas cartas, escritas entre 1534 e 1536,<sup>1</sup> são um marco, uma vez que representam o primeiro testemunho de portugueses escrevendo diretamente da China, e que permitiram aos portugueses uma primeira visão holística do Império do Meio (LOUREIRO, 1992, p. 15-16). Tratando de “numerosos aspectos da realidade chinesa — geografia, administração local, organização das estruturas produtivas, potencialidades comerciais, recursos bélicos em termos humanos e materiais, vida cotidiana dos Chineses, prisões e sistema judicial, etc.”, suas cartas são valiosos recursos informativos de uma posição estratégica ímpar (*id.*, *ibid.*).

As cartas dos cativos de Cantão, como são conhecidas, quebram um silêncio de, pelo menos, duas décadas após a interrupção das atividades comerciais portuguesas com a China. Entre 1518 e 1530, como aponta Luís Filipe Barreto, o colapso da embaixada de Tomé Pires representou um “apagão” informativo, em que predominaram apenas dados dispersos (BARRETO, 2002, p. 424-425). Será apenas depois da década de 1540 que as primeiras notícias de maior especificidade começam a surgir, como é o caso da nova edição anotada do *Livro* de Duarte Barbosa, o *De Gloria*, de Jerónimo Osório, e a *Enformação da Chyna*, de um autor anônimo (*ibid.*, p. 430-439). Escritas a partir de entrevistas com mercadores locais e de livros chineses que começaram a circular, não constituíam, de todo, informações de primeira mão sobre a situação chinesa.

A partir da década de 1550, uma rede muito maior de informações começou a ser construída, e, pelo menos, quatro relatos de cativo foram escritos nesse momento. Elas representam também uma virada da produção informativa a partir da intervenção da Companhia de Jesus, que passa a demonstrar um crescente interesse pela China desde

---

<sup>1</sup>Existe um debate acerca da datação correta dessas cartas. O manuscrito de Paris, colocando-as nessas duas datas, é em geral a mais aceita, e repetida por autores como Luís Filipe Barreto e o próprio Rui Manuel Loureiro. Outros, como Armando Cortesão e Raffaella D’Intino, tendem a colocá-las bem mais cedo, escritas em 1524.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1552 (PINA, 2011, p. 38). Deslocadas, portanto, de informações obtidas unicamente através de mercadores e administradores do Estado da Índia, ela passa a contar com o interesse jesuítico, que se empenhou em coletar, coligar e copiar essas informações pela sua rede informativa pelo mundo.

Para além da já citada *Enformação da Chyna*, mandada preparar por Francisco Xavier quando da sua tentativa de entrar na China, Melchior Nunes Barreto se empenhou em produzir outro compilado de notícias que auxiliassem na empreitada missionária — a *Enformação de algumas cousas acerca dos costumes e leis do reino da China* (Malaca, 1554), também anônima (embora, como no caso da primeira, tenha sido atribuída a uma diversidade de autores, como o sempre profícuo Fernão Mendes Pinto).

A segunda *Enformação* se desloca tematicamente das cartas dos cativos de Cantão. Aqui, o autor preocupa-se muito mais em analisar o espaço físico, os hábitos, o ensino, a aplicação da justiça, a religião, a arquitetura etc. Sai, portanto, da esfera do comércio e da geografia das cartas anteriores. Nesse enfoque mais sociocultural, de um estilo sóbrio e extremamente elogioso, vai se construindo uma tendência favorável à China, apresentada como uma terra justa, bem governada e igualitária, abundante e grandiosa, que marcou os escritos posteriores dos séculos XVI e XVII.

Mais ou menos nesse período, ocorreu o episódio do “mistério dos dois juncos”, em que mercadores portugueses tentaram, em 1549, entrar na China usando dois juncos chineses. Um conflito armado com as autoridades locais, no entanto, causou a apreensão dos dois juncos e da prisão de seus tripulantes. Entre eles, estavam Afonso Ramiro, Galiote Pereira e Amaro Pereira, que deixaram informações escritas após sua libertação do cativo dando conta do que viram (D’INTINO, 1989, p. 79). As cartas de Afonso Ramiro e Amaro Pereira, enviados a mercadores portugueses no litoral, dão conta principalmente do sistema jurídico chinês, embora de forma oposta (Amaro destaca a crueldade e tirania mandarim; Afonso aponta o enorme senso de justiça dessas mesmas autoridades). E, finalmente, o relato de Galiote Pereira, escrito em Malaca num período de dez anos (1553-1563) juntamente aos padres da Companhia, se torna a mais compreensiva informação da China do século XVI, rivalizando apenas com as notícias posteriores de Gaspar da Cruz e González de Mendoza.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O *Algumas cousas sabidas da China*, de Galiote Pereira, bem merece um estudo à parte. Sua riqueza de detalhes, com uma descrição elaborada da geografia, administração, aplicação da justiça, religião, hábitos culturais, comércio, geografia e riquezas, num tom apologético incomparável até então, se transforma rapidamente em uma das principais fontes sobre o conhecimento sinológico de sua época. Acertadamente colocado como *tratado*, pela sua grande extensão e escopo, o relatório de Pereira foi o primeiro (escrito por um europeu) a ser exclusivamente dedicado à China, em que sua condição como cativo permitiu sua grande circulação pelo território interiorano e, como réu, conhecer o sistema judicial por dentro e em detalhes. Pesa, nele o tom elogioso, quase utópico, de tudo que observa: a ausência de pobreza, a engenhosidades das construções e a corretíssima aplicação da justiça (CRUZ, 1992, p. 5-6).

As notícias trazidas pelos cativos, embora não unívocas, constituíam certamente boas novas aos portugueses, ávidos por informações sobre a China e seu comércio. Tendo passado um período sertão adentro, para além do litoral costumeiro dos mercadores, muito mais se pode compreender sobre o sistema jurídico, comercial, tributário e cultural chinês. Reafirma, portanto, o papel estratégico do cativo, posição inigualável na coleta de informações que não poderiam ser adquiridas de outras forma. E, certamente, os cativos estavam cientes do seu papel como informantes, pois buscaram oferecer, juntamente às informações, propostas e caminhos de ação para a atuação portuguesa na China. Se a derrocada da embaixada de Tomé Pires representou uma mudança de curso para uma atitude mais sóbria de comércio e diplomacia, em que Macau assume o significado simbólico dessa demanda, não parece improvável que as informações do cativo não tenham sido influentes nessa decisão. Se os chineses viraram as costas à Portugal em 1522, os portugueses não desistiram de tentar compreendê-la e alcançá-la.

### **3. “Que estes mandarins de nós, Senhor, têm receio [do] que sabemos [d]a terra”: os projetos a partir do cativo para a expansão do império português na China**

Seja por via direta ou indireta, os cativos se empenharam, através das informações, tratados e cartas enviadas às autoridades do Estado da Índia (e mesmo à coroa), propor projetos para a construção e expansão do império ultramarino português. Assim, a partir do que observaram e descreveram, propuseram constantemente planos que justificavam, e apontavam como possível, a anexação de parte do território, o assentamento de colônias

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ou embaixadas e a missionação religiosa. Notoriamente poucos desses projetos foram levados adiante, mesmo que considerados — apenas a conquista das almas demonstrou algum avanço significativo, e, no campo comercial, o porto de Macau representou o mais notável avanço.

Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, os cativos de Cantão, foram talvez os mais empenhados e esperançosos de uma conquista militar da China, apresentando-a não apenas possível, mas também desejável. Suas missivas são tentativas de apresentar como levar adiante a empreitada, antes de tudo, mas também de oferecer uma justificação para ela — o enriquecimento da coroa, certamente, mas também um alegado intuito moral de libertação do povo chinês dos mandarins. Escritas complementarmente uma à outra, as informações trazidas por Vieira e Calvo concordam no projeto comum proposto pelos dois autores: a conquista da China (ou, ainda, das províncias ao sul) por meio do mar. Para tanto, os autores explicitam como isso é possível através do controle dos abundantes rios e das ilhas litorâneas, das fraquezas do território (como as rebeldes serranias), apresentando uma *causa belli* plausível (a libertação do povo da China) e, finalmente, a possibilidade de construir fortalezas, a base de sustentação do Estado da Índia ao longo de toda a África e Ásia (THOMAZ, 1994, p. 228-230).

Não por acaso, a navegação é apresentada logo no início de suas narrativas, em que se atribuem a elas um papel imprescindível na navegação interiorana. Após analisar aspectos mais gerais da divisão de províncias, Vieira atesta que “o melhor desta terra esta por rios que todos decem ao mar [...] per onde fomos tudo são rios, tem barcas e navios lados per baixo [...] mais de 30 000” (VIEIRA, 1989 [1534], p. 21). E, mais adiante, complementa: “desta serra pera Cantão toda a mercadoria que vem e vai he per este rio, todo o mandarim que vem e vai he per este rio [...] toda pasajem e caminhos na terra da China he em rios” (*ibid.*, p. 23). O cativo se empenha em demonstrar a imprescindibilidade das conexões fluviais, pois, para ele, seriam por elas que poderia se levar adiante a conquista de Cantão: “se estas barcas de Cantão forẽ destroidas não pode das outras governanças vir socorro porque não teẽ caminhos por terra [...] despejados os rios tudo jaz na mão” (*id.*, *ibid.*). Percebe-se a construção de uma estratégia de anexação através do cerco — sufocando as conexões externas de Cantão, assim como o auxílio do interior, seria impossível vir ajuda.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Calvo, cuja carta é ainda mais entusiasta do projeto de anexação da China, bem acredita na possibilidade da conquista pelo mar e rios. Acreditando piamente que uma força de “malabares” poderia ser suficiente para dominar a terra; “porque o rio he muito alto, fica a cidade submetida debaixo destas naos”. E acrescenta que, com um pouco de fogo nas naus da foz, a artilharia portuguesa poderia entrar sem dificuldades (CALVO, 1989 [1536], p. 39).

A necessidade de uma conquista marítima da província de Cantão é fruto de suas próprias observações da sua pujança econômica e como centro de abastecimento das terras interioranas:

Esta governança de Cantão he das milhores da China de que o Rei recebe muitas rendas porque he d’arroz e mantimentos sem conto e todas as mercadorias de toda a terra vem aqui deferir por rezão da escala do mar e das mercadorias que dos outros reinos vem a Cantão e toda passa pera dentro da terra da China de que o Rei recebe muitos direitos e os mandarês grandes peitas. [...] Nenhũa governança da China teem trato com estrangeiros senão esta de Cantão [...] (VIEIRA, 1989 [1534], p. 23-24).

Esse trecho é significativo por ir de encontro a todos os objetivos dos portugueses em sua atuação no Oriente. Primeiro, ao descrever o comércio marítimo, um objetivo que, como vimos, esteve na mente da coroa portuguesa desde as primeiras inquirições sobre a China, expressos no regimento a Diogo Lopes de Sequeira. Segundo, indica a fragilidade das conexões com a China, desproporcionalmente mais rica ao sul e que sustenta as províncias ao norte. Terceiro, indica o lucro enorme que passava por aquelas regiões, em que o controle seria certamente proveitoso à coroa, cujo comércio na Ásia era de base marítima. Vasco Calvo não se furta ao explicitamente afirmá-lo:

Olhese quanta riqueza sem se trazer nem se gastara: somente levarem limpamente para Portugal. Outra India se alcançara e de tanto proveito e per tempo muito mais se recrecera mais gente e assi irão alcançando mais e sogigarão mais (CALVO, 1989 [1536], p. 46).

É visível o entusiasmo dos cativos em relação a uma conquista marítima da China, seja pela sua facilidade, seja pelos lucros enormes que geraria à coroa. Assumem, portanto, seu papel máximo como informante interno, indicando a fragilidade das comunicações (que não poderiam ser facilmente observadas de outra forma) e a superioridade dos portugueses em conseguir tomar a terra — essa “cousa tam boa [que] se deixa d’alcançar” (CALVO, *op. cit.*, p. 49).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essa mesma impressão, embora sem propor uma intervenção direta, também é a de Afonso Ramiro, o cativo do conflito de 1549. Tendo sido eventualmente considerado ilibado na sua atuação, teve uma sentença favorável das autoridades mandarins e foi, junto com seus companheiros, condenado a uma pena “leve”, disperso em grupos pequenos pela província de Guangxi (LOUREIRO, 1992, p. 9). Sua breve relação, embora focando num elogio da justiça chinesa e dos ocorridos entre ele e seus grupos, é também uma sugestão quanto à benesse que seria se imiscuir nos mercados cantoneses. Ao final de sua carta, dirigida aos mercadores litorâneos portugueses em Cantão, nos afirma que

E isto he a verdade e tragão a embaixada e certo que se põe por obra que he a mais fácil cousa do mundo de fazer, e el Rei de Portugal sera o mais rico de dinheiro que a i no mundo, porque o trato que tratarão aqui lhe rendera hum terço do que lhe rendem as Indias e esta he a verdade (RAMIRO, 1989 [1555], p. 84).

Embora propondo o envio de embaixada em lugar de uma conquista direta, é notório o mesmo espírito entusiasmado com as possibilidades que o acesso ao mercado de Cantão abriria para os portugueses com margens de lucro altíssimas.

Os cativos de Cantão também são céleres em justificar a conquista com a sua viabilidade ao longo prazo; isto é, com a construção de fortalezas e praças-fortes que permitiram o comércio e o controle do litoral. O uso dessa estratégia não estranha, pois já era um *modus operandi* bem consolidado entre os portugueses. O desenvolvimento de uma “cultura das fortificações”, necessárias à sobrevivência em um ambiente hostil mesmo na Europa, foi replicado pelos portugueses no ultramar como decisão imediata, aplicada primeiro aos espaços africanos e, posteriormente, asiáticos (DORÉ, 2010, p. 87). Sendo um espaço defensivo, geralmente autônomo e único espaço de controle português no estrangeiro, parece evidente que ele seria aplicada numa terra hostil como a China, mantendo o controle dos mercados de Cantão.

Vieira propõe, em diferentes momentos, a construção de fortalezas como saída para, novamente, conquistar os rios e garantir o controle da terra. Em dado momento, afirma que

Em uma ilha que se chama Ainachã tem canto talhado per casas ruas igrejas e em cais de que se pode fazer uma fortaleza como a de Goa, tem porto seguro de todos os ventos tudo de vaza perto muito seguro aqui era a força dos jūcos. Esta fortaleza jaz sobre Cantão sogiga Nanto esta villa que digo outra que se chama Xuntaeim, daqui podem defender os mantimentos e por em aperto

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Cãtão se redendera de qualquer maneira que o capitão quiser (VIEIRA, *op. cit.*, p. 35).

Desta fortaleza, trazendo fustalha própria e recrutando alguns paraus na própria China, “os rios despejados os manderiõs an se render por força ou ão de fogir e despejar a cidade, fica logo Cantão na mão e seu termo” (id., *ibid.*). É a situação perfeita: com poucos homens (Vieira, anteriormente, havia falado em quatro ou cinco mil homens para sustentar a fortaleza (1989 [1536], p. 24); aqui, já admite dois ou três mil, e tão somente pela grandeza da terra (1989 [1536], p. 35)), poderia facilmente desarticular as forças locais e tomar a terra.

A partir do litoral, poderia se ir tomando as cidades adentro, construindo fortalezas, e mesmo cidades muradas inteiras, nas bordas dos rios. Novamente, o otimismo de Vieira se manifesta novamente mais adiante:

Outra [fortaleza] feita a borda d’agoa no meo da povoação, onde os mandarõs desembarcãõ, que se pode fazer em cinco dias porque he a pedra de cãto talhada pelas ruas e casas de iustiça que he para fazer hũa grande cidade murada he torrejada [...] pois officiaes para isto e servidores em todo mundo não ha tantos e são bõs servidores cõ pouco jornal pollo comer (VIEIRA, *op. cit.*, p. 36).

O excessivo otimismo de Vieira, portanto, é palpável. Havia materiais de sobra, pessoas dispostas a trabalhar e uma terra plausível de ser conquistada. Se hoje sabemos que essas esperanças eram injustificadas (os portugueses tinham, em geral, ciência da grandeza da China, assim como de sua força bélica, mesmo sendo diminuída por sucessivos observadores), ela parecia, à época, uma boa escolha. A situação observada no resto da Ásia, com o recente feito da conquista de Malaca e Goa, provavelmente o entusiasmara. Vasco Calvo segue na mesma linha, e, explicitamente, usa os mesmos argumentos de Vieira: Cantão como a chave de uma “nova Índia”, a construção de fortalezas como o meio de alcançar o controle da região, a tomada de rios como situação necessária e, finalmente, o uso de locais ávidos a trabalhar para os portugueses. Ao indicar a importância das fortalezas, descreve a mesma situação indicada por Vieira, indicando que provavelmente chegaram juntos à mesma conclusão:

E assi se ha de fazer hũa fortaleza dentro da cidade onde estaa hum outeiro pequeno com hũas igrejas dos Chõs, as quaes igrejas teem em si pedra para fazer a fotaleza a qual fortaleza ha de ser assentada sobre o muro que vai pera a banda do norte [...] fiquãõ todos os cabos resgoardados com esta

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fortaleza e a cidade metida e sopeada debaixo desta fortaleza (CALVO, *op. cit.*, p. 40).

E, naturalmente, apresenta a convivência da população local na manutenção da presença portuguesa:

E assi se dara señor deste arroz aos pedreiros e carpinteiros e ferreiros e trabalhadores que nas fortalezas andarem dando lhe cada dia tres fôs de seu jornal que são doze reis por dia e andarão contentes que aqui os mandarís pera seos serviços lhe dão dous fôs e se não trabalhão dão lhes açoutes, como palhas, pello qual señores serão estes trabalhadores bẽ pagos sem se do del Rei nosso señor tirar nem gastar hum cetil (CALVO, *op. cit.*, p. 41-42).

Vieira nos dá mais referências adiante sobre esse mesmo assunto, principalmente ao indicar o uso das cidades e ilhas litorâneas, sem proteção, como formas de se alcançar a cidade de Cantão (Guangzhou), sendo que “destas cidades destas ilhas tirarse ha grande riqueza em grão maneira como a terra assêtar que são rendas muito grandes”. E anima a coroa, indicando que “mais foi tomarse Goa do que sera tomarem estas cidades e sogigarem por respeito da gête ser muito fraca em grão maneira e não teem lealdade cõ Rei [...]” (CALVO, *op. cit.*, p. 49). As referências nesse sentido se multiplicam, mas obedecem à tendência geral da facilidade com que a terra seria tomada e as grandes rendas que se tirariam delas.

Para além das vantagens imediatas de riqueza e trato fácil, os cativos de Cantão procuram dar à interferência portuguesa na China uma justificativa teleológica — a “libertação” do jugo dos mandarins, descritos como tirânicos e opressores. Indicando que estes submetiam o “povo” a torturas, extorsões e injustiças, propõe que aqueles estavam ciosos de alguém que os pudesse resgatá-los, e cabia aos portugueses levar adiante essa empreitada. Em três ocasiões Vieira descreve o clima de instabilidade social presente na China, indicando uma revolta a explodir; na terceira ocasião, descreve o papel dos portugueses como libertadores do povo chinês. Ao tratar da aplicação da justiça, Vieira (*op. cit.*, p. 25) afirma que “daqui vem não terẽ lianças nem prestimos donde governão nem teem amor ha gente não fazem senão roubar matar açoitar [...] [estando o povo] desejosos de toda novidade porque são postos nas cimas de toda sogeição”. Mais adiante, ao tratar das prisões e da pobreza generalizada, afirma que “daqui vem o povo a estar em odio com os manderís a deseção novidades para terẽ liberdade” (*ibid*, p. 27). E, por fim,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aponta o papel explícito dos portugueses: “deste jeito he per toda a terra da China he muito pior do que digo pollo qual toda a gente deseja revolta e vinda de Portugueses estes de Cantão” (*ibid.*, p. 31).

Havia uma tentativa de justificar a intervenção bélica. Não é estranho, pois foi esse mesmo argumento empenhado para o uso de guerras santas no Marrocos — a ação direta contra os infiéis, resistentes à lei cristã, ameaça direta à cristandade. A instabilidade mesma da presença lusa nos mares da Ásia reativaram, para Thomaz (1994, p. 211-213), a vocação expansionista, cruzadística, que marcou os primeiros anos da expansão na África. Ao procurar embasar suas ações, os portugueses buscavam atribuir a si um papel histórico de capitão do mundo cristão; no caso da China, inserida no espaço de navegação português pela divisão do mundo de Tordesilhas, essa vocação se tornava ainda mais imperiosa.

Os interesses missionários, por sua vez, também são manifestos nas narrativas de cativo escritas da China, principalmente a partir do início dos esforços jesuíticos na região. Como foi discutido, os jesuítas tinham um interesse direto nessas informações, e as cartas que chegaram à Europa foram copiadas (e, provavelmente, sofreram modificações) a partir da rede de informações jesuíticas. É o caso da *Enformação* anônima de 1554, da carta de Amaro Pereira e do tratado de Galiote Pereira, produzidos junto ao colégio dos jesuítas. Seus autores, mesmo que nem sempre diretamente, vão apresentar informações sobre o panorama religioso da China, que, certamente, era interesse dos missionários que tinham interesse de atuar lá desde, pelo menos, 1552.

A carta de Amaro Pereira é dos três o mais paradoxal. Não foi escrito de próprio punho do autor, tendo sido relatada a um certo Baltasar Gago, padre da Companhia de Jesus, que a relatou sob o nome *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira que está preso em Cantão ha 14 anos e vai no certo*, integrante da “Copia de hũa [carta] de Baltazar Gago para os P.es e Irmãos de Portugal, de Goa de 10 de Dezembro de 1562”. Não obstante, não é a única versão do relato de Pereira, que também relatou suas desventuras a um certo Manuel Teixeira, também padre da Companhia de Jesus, que as relatou em três cartas a Goa datadas de 1 de dezembro de 1563, 30 de novembro de 1564 e 1 de dezembro de 1565 (OLIVEIRA, 2003, p. 647-648).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A China de Pereira/Gago surpreendentemente não é vista como um espaço viável para o exercício da prédica. Diz Pereira que “em qualquer parte do mundo se pode fazer fructo de christãos mas que nesta terra não pollas grandes abominações que ha nesta grãde Sodoma” (PEREIRA, 1989 [1562], p. 95). Desencoraja, portanto, a possibilidade missionária que tanto animava os seus companheiros; e mesmo a comendação final da terra a Jesus é, para Oliveira, circunstancial, sem relação com o objetivo do cativo propriamente. Mas, sempre segundo Oliveira, isso se explica mais pela intencionalidade dos seus comentadores — se Gago estava de retorno para a Índia, Teixeira, com um ímpeto missionário mais renovado, que foi lido sobre o pessimismo de Gago e do próprio Pereira (OLIVEIRA, 2003, p. 662-663). É um caso expressivo da ressignificação de uma experiência do cativo através de dois olhares diferentes, e demonstrativo como essa informação estrategicamente útil.

A possibilidade da instalação, portanto, é discutida nesses tratados. E, de fato, os cativos, pelo longo contato com as diferentes vertentes religiosas na sociedade chinesa, foram capazes de oferecer *insights* que, mais tarde, seriam aproveitados pelos missionários jesuítas. De um lado, é apresentado em linhas gerais a religiosidade popular — um misto, afirmam, de credices e imagens de demônios nas suas “varelas” —; por outro, a tolerância religiosa na China, em que cada um pode seguir seu próprio credo sem qualquer contrapartida social.

O cativo anônimo da *Enformação de algumas cousas* (1554) e Galiote Pereira (1553-1563) são categóricos em afirmar esses dois aspectos. Para o primeiro, os chineses “são todos mui dados a feitiçarias, agouros e adivinhações”, principalmente como guia de suas ações; por outro, são tolerantes, uma vez que “são homeês que de nhũa qualidade constragem a ninguẽ a viver sua lei, nem adorar seus pagodes e quase nunca falão nella” (ENFORMAÇÃO, 1989 [1554], p. 74). E fala, então, os muçulmanos vindos da Pérsia que viviam de forma mais ou menos livre, e viviam como soldados da coroa.

O sentido de uma abertura religiosa era uma informação que, certamente, era muito positiva aos jesuítas. Primeiro, porque apontava uma possibilidade de conversão; segundo, porque concordava com a ideia de que, à parte da religiosidade, o reino da China era civilizacionalmente superior aos seus vizinhos. De fato, esse ideal persistiu durante

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

séculos, com a criação de missões que, embora moderadamente frutíferas, contou com a anuência das autoridades chinesas.

Galiote Pereira também buscou apresentar a China como tolerante e aberta para os missionários; mais do que isso, destacou o que achava ser necessário para tal — o domínio da língua. Se a China era o domínio das idolatrias, em que se identifica em sua análise elementos mais rudimentares do budismo, era também um terreno fértil para conversão, principalmente se fosse ensinado um catecismo cristão e, principalmente, o fizesse quando a terra estivesse conquistada, “corrente conosco”:

E diziamos que vimdo esta terra ã algũ tempo a estar corrente com nosquo, *era com pouquo trabalho toda convertida* [...]. E tudo o mais he de maneira que com hum bom limgoa e muito pouquo tempo se poderia fazer muito fruto [de cristãos], mas avia de fazer como já se disse semdo a terra corremte com nosquo (PEIREIRA, 1989 [1556-1566], p. 110).

A visão holística dos cativos se manifesta, também, no quesito religioso. A conquista deveria ser completa, sendo da terra e das almas, indissociáveis possibilidades de controle.

## 4. Considerações finais

Os portugueses nunca conseguiram levar adiante qualquer plano de conquista em relação à China. O sonho manuelino de criação de um império universal na Ásia, a partir de fortalezas pontilhadas pelo mundo conhecido, foi em parte sepultado com ele em 1521, o ano, coincidentemente, do fim da aventura de Tomé Pires e sua embaixada em Cantão. A política de seu sucessor, D. João III, foi bem mais tímida e cautelosa, buscando manter com a China uma proximidade que, após longos anos de negociação, levou a criação de Macau em 1557 (COSTA, 1996, p. 49-53).

A experiência do cativo, assim como seus planos e impressões sobre o Império do Meio, não foram em vão, nem mesmo uma experiência descartada. Os conhecimentos acumulados por eles persistiram muito além de sua circulação original, servindo de fonte para obras como o *Tratado das cousas da China*, de Gaspar da Cruz, o *Historia del gran reino de la China* de González de Mendoza e as *Décadas da Ásia* de João de Barros. O continuado esforço dos portugueses em manter relações com a China e conhecê-la, que incentivou a escrita dos relatos de prisioneiros, se manifestam no esforço continuado de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acumulação de conhecimento — no qual experiências e práticas de escrita como as narrativas de cativo se encontram no centro.

## 5. Bibliografia

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna*. Orientadora: Maria Augusta Lima Cruz. 2010. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2010.

COSTA, João Paulo Oliveira e. A coroa portuguesa e a China (1508-1531): do sonho manuelino ao realismo joanino. In: ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos de (org.). *Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI–XIX*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996. p. 13-57. (Coleção Memória do Oriente).

BARRETO, Luís Filipe. Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa; Ponta Delgada, v. 3, p. 409-446, 2002.

CARNEIRO, Roberto; MARTINS, Guilherme d'Oliveira (coords.). *China e Portugal, cinco séculos de relacionamento: uma leitura académica*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2014.

COLLEY, Linda. *Captives: Britain, Empire, and the World, 1600-1850*. New York: Anchor Books, 2004.

CURTO, Diogo Ramada. *Culturas imperiais e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

D'INTINO, Raffaella (org.). *Enformação das cousas da China: textos do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

LOUREIRO, Rui Manuel. *Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*. Introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500–c. 1600: impressos e manuscritos que revelam o mundo chinês à Europa culta*. Orientadora: Maria Dolors Garcia Ramon. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

PEREIRA, Galiote. *Algumas cousas sabidas da China*. Introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

PINA, Isabel Murta. Jesuítas, chineses e mestiços da missão da China (1589-1689). Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; I. P., 2011.

VOIGT, Lisa. *Writing captivity in the Early Modern Atlantic: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.